

## REGIMES ALIMENTARES E O DELINEAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: RESISTÊNCIAS E CONTRAMOVIMENTOS

FOOD REGIMES AND THE DESIGN OF FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY IN BRAZIL: RESISTANCE AND COUNTER-MOVEMENTS

LOS REGÍMENES ALIMENTARIOS Y EL DISEÑO DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN BRASIL: RESISTENCIAS Y CONTRAMOVIMIENTOS

Ligia Kochhan de Fraga<sup>1</sup>   
Miguel Ângelo Perondi<sup>2</sup>   
Alessandra Matte<sup>3</sup>   
Wilson Itamar Godoy<sup>4</sup> 

Submissão: 30/09/2022 / Aceito: 21/12/2022 / Publicado: 30/01/2023.

### RESUMO

Sob a perspectiva ideológica neoliberal da globalização e do Estado mínimo, a alimentação, o mercado de terras e as empresas agroalimentares têm sido compreendidas meramente como instrumentos financeiros, impactando negativamente sobre a sustentabilidade do sistema agroalimentar, e conseqüentemente sobre o meio ambiente e saúde da população, que tem acesso à uma alimentação cada vez mais restrita e monótona. Desde 1870 sucessivos regimes alimentares, intervalando hegemonia britânica e norte americana, vêm definindo os padrões de produção e consumo de alimentos para todo o mundo, ou, ao menos, padrões dominantes. Logo, a interação simultânea entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas evidenciam as principais conseqüências da defasagem da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN percebida globalmente. As redes alimentares alternativas apresentam-se neste contexto como contramovimentos ao modelo de produção e consumo hegemônico. Por fim, a abordagem de diversificação dos meios de vida demonstra-se essencial no desdobramento de estudos acerca do mundo rural, uma vez que a capacidade de diversificação econômica e empreendedora presente na agricultura familiar apresentam amplo potencial de contribuição na compreensão do desenvolvimento rural e regional como um todo.

**Palavras-chave:** Regimes alimentares. Segurança alimentar e nutricional. Sindemia global. Transição alimentar e nutricional.

### ABSTRACT

From the neoliberal ideological perspective of globalization and the minimal State, food, the land market and agri-food companies have been understood merely as financial instruments, negatively

<sup>1</sup>Mestra em Engenharia de Alimentos. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. E-mail: ligia.fraga@ifpr.edu.br

<sup>2</sup>Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor PPGDR/UTFPR. E-mail: miguelangeloperondi@gmail.com

<sup>3</sup>Doutora em Desenvolvimento Rural. Professora UTFPR. E-mail: alessandramatte@yahoo.com.br

<sup>4</sup>Doutor em Agronomia. Professor PPGDR/UTFPR. E-mail: wigodoy@professores.utfpr.edu.br



impacting the sustainability of the agri-food system, and consequently on the environment and the health of the population. , who have access to an increasingly restricted and monotonous diet. Since 1870, successive food regimes, interspersing British and North American hegemony, have defined the patterns of food production and consumption for the entire world, or at least dominant patterns. Therefore, the simultaneous interaction between the obesity, malnutrition and climate change pandemics highlights the main consequences of the food and nutrition security gap perceived globally. Alternative food networks are presented in this context as counter-movements to the hegemonic model of production and consumption. Finally, the approach to diversifying livelihoods is essential in the development of studies on the rural world, since the capacity for economic and entrepreneurial diversification present in family farming has a wide potential to contribute to the understanding of rural and regional development. as a whole.

**Keywords:** Food regimes. Food and nutrition security. Global syndemic. Food and nutrition transition.

### RESUMEN

Desde la perspectiva ideológica neoliberal de la globalización y el Estado mínimo, los alimentos, el mercado de tierras y las empresas agroalimentarias han sido entendidos como meros instrumentos financieros, impactando negativamente en la sostenibilidad del sistema agroalimentario, y consecuentemente en el medio ambiente y la salud de las personas. la población. , que accede a una alimentación cada vez más restringida y monótona. Desde 1870, sucesivos regímenes alimentarios, entremezclando la hegemonía británica y la norteamericana, han definido los patrones de producción y consumo de alimentos para todo el mundo, o al menos los patrones dominantes. Por lo tanto, la interacción simultánea entre las pandemias de obesidad, desnutrición y cambio climático pone de relieve las principales consecuencias de la brecha de seguridad alimentaria y nutricional percibida a nivel mundial. Las redes alimentarias alternativas se presentan en este contexto como contramovimientos al modelo hegemónico de producción y consumo. Por fim, a abordagem de diversificação dos meios de vida demonstra-se essencial no desdobramento de estudos acerca do mundo rural, uma vez que a capacidade de diversificação econômica e empreendedora presente na agricultura familiar apresentam amplo potencial de contribuição na compreensão do desenvolvimento rural e regional como un todo.

**Palabras chave:** Regímenes alimentarios. Seguridad alimentaria y nutricional. Sindemia global. Transición alimentaria y nutricional

### INTRODUÇÃO

Mudanças recentes têm reforçado o debate iniciado ainda na década de 1980, a respeito de questões agroalimentares e sua relação direta com as decisões políticas, as estratégias econômicas e com a construção de mudanças no consumo de alimentos. A trajetória dos regimes alimentares, desde 1870, definindo regras de produção e consumo de alimentos para o mundo, de forma orientada para o acúmulo de capital (FRIEDMANN, 1987) e a ascensão do terceiro regime alimentar, cuja base está na modernização agrícola e na definição de padrões de produção e consumo de alimentos pelas grandes corporações transnacionais, denotadas por Ploeg (2008) como



impérios alimentares, traz à tona questões relevantes sobre desequilíbrios sociais, ambientais e sanitários associados ao agronegócios.

No mesmo sentido, a interação simultânea entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, que configuram a Sindemia Global, evidenciam as principais consequências da defasagem da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN percebida globalmente.

A alimentação contemporânea, principalmente nos países mais pobres, tem sido caracterizada pelo aumento no consumo de alimentos industrializados, processados ou ultraprocessados, cuja distribuição demanda uma extensa organização logística. Tais alimentos são, em geral, ricos em açúcares, gorduras e sódio, comprometendo a qualidade dos nutrientes ingeridos. Concomitantemente, percebe-se o consumo reduzido de alimentos *in natura*, tais como frutas, verduras, legumes e oleaginosas (FAO, 2020).

Para Escher e Schneider (2019) sob a ótica da ideologia neoliberal da globalização e do Estado mínimo, a alimentação, o mercado de terras e as empresas agroalimentares têm sido vistas como potenciais instrumentos financeiros, impactando negativamente sobre a sustentabilidade do sistema agroalimentar, e consequentemente sobre o meio ambiente e saúde da população, que tem acesso à uma alimentação cada vez mais restrita e monótona.

Como consequência, a insegurança alimentar e a fome atingem níveis críticos em todo o mundo, bem como os índices de sobrepeso e obesidade, que embora aparentemente se apresentem como condições opostas, em muitos casos derivam do mesmo ponto. Adicionalmente, há um processo de restrição dos canais de aquisição de alimentos, uma vez que as condições de acesso e a renda da população tem sofrido constantes oscilações (MATTE; SILVA; CERETTA, 2022).

Com base no exposto, o presente artigo teve como objetivo identificar os mecanismos pelos quais os regimes alimentares acarretaram o delineamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN), sobretudo no Brasil, enunciando alternativas para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e saudáveis a partir do modo de produção camponês, agricultura familiar, agroecologia e movimentos sociais que se estabelecem como formas de resistência ao modo de produção hegemônico.

Para tal, o artigo foi distribuído em cinco seções além desta introdução, que serão brevemente apresentadas neste parágrafo. Na primeira, foram elencados conceitos fundamentais acerca da SAN, apontando aspectos relacionados ao seu marco conceitual e legal. Em seguida, a perspectiva teórica de Harriet Friedmann e Philip McMichael foi resgatada, para trazer à tona o impacto do contexto geopolítico na questão alimentar. A partir de então, na terceira seção, inicia-

se uma análise sobre pontos de correspondência entre o regime alimentar atual, denominado corporativo por McMichael (2009), e a Síndrome Global. A seção seguinte aponta para a centralidade dos movimentos sociais, sociedade civil, agentes políticos e universidades para a realização de ações que configurem resistência e contra-movimentos, buscando alternativas para a superação das crises decorrentes das formas de produção e consumo de alimentos, estruturadas no regime alimentar corporativo. Por fim, são realizadas breves considerações, no sentido de indicar algumas das possibilidades e dificuldades identificadas para a construção de modos de produção e consumo diversos, que superem o modelo homogeneizador dos regimes alimentares.

## CONCEITUANDO A SAN

Segurança Alimentar e Nutricional - SAN é um termo amplo, dinâmico e complexo, que abarca inúmeras dimensões, integrando diferentes áreas do conhecimento, tais como economia, direito, agricultura, educação, saúde, nutrição, assistência social, sociologia, antropologia, psicologia e tantas outras (KEPLLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

Segundo Marília Leão (2013), em meados da década de 1910, a Europa passou a utilizar o termo segurança alimentar com conotação à segurança nacional e capacidade de abastecimento interno de alimentos enquanto estratégia de proteção contra possíveis embargos ou boicotes políticos/ militares. Foi, contudo, no período pós Segunda Guerra Mundial, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, que o conceito foi amplamente difundido, abordando a disponibilidade de alimentos.

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, principal marco político da SAN no Brasil, define SAN como

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006 p.1).

Nota-se, portanto, que no Brasil o conceito de SAN abrange não apenas a dimensão alimentar, como nos demais países do mundo, mas inclui também a dimensão nutricional (MALUF; REIS, 2013). A dimensão alimentar da SAN refere-se, à produção e disponibilidade de alimentos, tendo como questões centrais as demandas quanti e qualitativa da população, a estabilidade da oferta e do acesso aos alimentos, a autossuficiência nacional, a sustentabilidade e a equidade, no que concerne às demandas individuais específicas de cada ciclo da vida de um



indivíduo (LEÃO, 2013). A dimensão nutricional, por sua vez, “incorpora as relações entre o ser humano” e o alimento, centralizada no valor nutricional, condições higiênico-sanitárias, técnicas de preparo, condições de promoção de saúde e autocuidado, prevenção e controle de distúrbios associados ao excesso ou privação alimentar, desenvolvimento humano, social, local e ambiental (Ibid, p.16).

Para Kepple e Segall-Corrêa (2011) o estabelecimento de um marco conceitual tão abrangente, com foco em ambas as dimensões, é fundamental para que questões políticas, econômicas, sociais, sanitárias e ambientais associadas à SAN recebam a abordagem complexa e multisetorial que evocam. Corroborando com tal compreensão, Leão (2013 p.16) assevera que “a segurança alimentar é um importante mecanismo para a garantia da segurança nutricional, mas não é capaz de dar conta por si só de toda sua dimensão”.

Neste sentido, Kepple e Segall-Corrêa (2011) destacam a interdisciplinaridade associada ao conceito brasileiro, e o fato deste considerar aspectos referentes à quantidade e qualidade de alimentos adequadas, incluindo todas as culturas, estratos econômicos e classes sociais, que se apresentam como elementos determinantes em um país com tamanha desigualdade social e dimensões continentais como o Brasil.

Ademais, como infere Leão (2013 p.17), “os fatores que determinam a alimentação e os hábitos alimentares são muitos e de diferentes naturezas (econômica, psicossocial, ética, política, cultural)”. Ou seja, as escolhas alimentares são perpassadas por preferências individuais, contexto cultural, recursos financeiros, qualidade dos alimentos, formas de consumo, convicções éticas e políticas e tantos outros elementos, e todos eles devem estar incluídos na concepção da SAN e das estratégias construídas para o seu alcance. A exemplo, estudo realizado por Matte, Silva e Ceretta (2022) aponta que os consumidores realizam suas escolhas também pela disponibilidade de diferentes canais de comercialização, com interesse particular por aqueles que denotam menor distância de quem produz.

Cumpre salientar, ainda, que com o avanço da compreensão sobre a SAN, incursionou em sua confluência com outros dois conceitos: o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA e a Soberania Alimentar. O DHAA incluído na Constituição Federal em 2010 trata-se de um “direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana [...] devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população” (BRASIL, 2006).



A soberania alimentar é precípua para a garantia do DHAA e SAN. Está determinada pelo direito de cada povo decidir sobre o que produzir e consumir (LEÃO, 2013). Considerando que a “autonomia e as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares e camponeses” repercute diretamente sobre a produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos, ambientalmente sustentáveis e adequados à cultura local, sua relevância destaca-se nas discussões sobre SAN (Ibid p.19).

## REGIMES ALIMENTARES

A partir de uma análise cronológica linear, a concepção do termo regime alimentar se desvela paralelamente à própria evolução do marco conceitual da SAN. Ao desenvolver o termo, em 1987, Harriet Friedmann trouxe à tona reflexões sobre a estrutura governada por regras de produção e consumo de alimentos em escala mundial, orientada para o acúmulo de capital, essencialmente nos países centrais. Logo, o capitalismo, a globalização, a colonialidade, a modernização da agricultura e as relações de poder do sistema-mundo moderno são elementos estruturais da noção de regime alimentar. Ao afirmar a relação entre SAN e regimes alimentares, entretanto, enfatizamos que esta é compreendida no presente ensaio enquanto uma relação antagônica, ou seja, partimos do pressuposto que os regimes alimentares estão na contramão da soberania e SAN.

Como denotam Friedmann e McMichael (1989) ideia de regime alimentar se opõem à SAN, sobretudo nos países denominados periféricos, ou aqueles mais pobres, uma vez que o crescente poder do capital organizar e reorganizar a agricultura enfraquece as políticas estatais que orientam agricultura para fins nacionais. A ideia de regime alimentar vincula, ainda, relações da produção e consumo de alimentos com as formas de acumulação que distinguem amplamente os períodos da acumulação capitalista (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989 p.95).

Para McMichael (2009) o conceito de regime alimentar historicizou o sistema alimentar global, abordando questões cruciais que o cercam, tais como os problemas emergentes da modernização agrícola e o papel geopolítico e econômico da agricultura e da alimentação.

Conforme resgatam Friedmann e McMichael (1989), o primeiro regime alimentar foi centrado nas importações europeias de trigo e carne dos estados colonizados, no período de 1870 a 1914. Designado por Friedmann (2005) como “regime alimentar colonial-diaspórico”, se desenvolveu no auge da supremacia global britânica. A Grã-Bretanha, enquanto potência dominante da época, possibilitou a criação de um mercado transoceânico de alimentos básicos,



justificado por uma ideologia de livre comércio, delineando um padrão duradouro de especialização regional orientado sobre seus interesses. O surgimento de regiões especializadas na exportação de alimentos, chamadas “celeiros do mundo”, foi estabelecido neste regime “através dos investimentos do capital britânico em ferrovias e da expulsão violenta de povos indígenas de suas terras” (FRIEDMANN, 2005 p.126). Desta forma, a Grã-Bretanha do século XIX terceirizou sua produção de alimentos básicos para colônias de assentamento, explorando drasticamente o solo fértil destas (McMICHAEL, 2009).

No primeiro regime alimentar, portanto, o estabelecimento de setores agrícolas nacionais dentro dos estados colonizadores emergentes, principalmente EUA, Canadá e Austrália, modelou o "desenvolvimento" do século XX como uma dinâmica articulada entre os setores agrícolas e industriais nacionais.

O segundo regime alimentar se ordenou entre os anos de 1950 e 1970, e foi configurado a partir do redirecionamento do fluxo de alimentos excedentes dos Estados Unidos “para seu império informal de estados pós-coloniais em perímetros estratégicos da Guerra Fria”, subsidiando os salários, encorajando a industrialização seletiva dos países periféricos e “assegurando a lealdade contra o comunismo e os mercados imperiais” (McMICHAEL, 2009 p.141). Os subsídios do governo norte americano para commodities agrícolas, especialmente a soja, apoiaram os esforços de empresas de maquinário e agroquímicos para incentivar os agricultores a se especializarem de forma cada vez mais intensa (FRIEDMANN, 2005).

Para Friedmann (2005 p.132), o passo mais significativo do segundo regime alimentar, denotado “regime alimentar mercantil-industrial”, foi a separação entre lavoura e pecuária, bem como a ampla oferta de insumos industriais, como, por exemplo, rações e fertilizantes químicos, para substituir as funções complementares das plantas, utilizadas até então como alimento para o gado, e dos animais, cujo esterco era amplamente aplicado no solo como biofertilizante. Isto é, a industrialização da agricultura representa, para Friedmann (2005), o principal legado do segundo regime alimentar, e ambos foram um “resultado combinado de movimentos sociais que se cruzaram com estratégias estatais e estratégias de corporações em busca de lucro” (Ibid, p.234).

Em relação ao terceiro regime alimentar, existem algumas divergências teóricas quanto à sua emergência e vigência (McMICHAEL, 2009). “Enquanto os dois primeiros regimes giravam em torno de um estado hegemônico apoiado por uma moeda internacional e força militar, um terceiro regime projetou a hegemonia corporativa apoiada por finanças internacionais e regras multilaterais” (McMICHAEL,2013). Desta forma, o autor denota a ocorrência do “regime



alimentar corporativo” (McMICHAEL, 2009 p.153) definindo-o como “um conjunto de regras que institucionalizam o poder corporativo no sistema alimentar mundial”.

Para Schneider, Schubert e Escher (2016), existem dois motivos principais para a ausência de um consenso acerca da emergência do terceiro regime alimentar. O primeiro motivo seria a falta de evidências quanto a uma “subversão definitiva da hegemonia norte-americana, embora a ascensão a China seja fato incontestado no desenho de uma nova ordem mundial” (Ibid, p.38). Já o segundo motivo apontado pelos autores refere-se ao sistema financeiro internacional de câmbio, que mesmo após instabilidade e incertezas originadas na crise de 2008, ainda continua liderado pelo dólar sem perspectivas de “alternativa imediata e crível” (Ibid, p.39).

O terceiro regime alimentar anuncia, ainda, uma tendência de migração do papel do Estado no desenvolvimento rural para a indústria, dispendo da privatização da pesquisa agrícola, como marco, dentro de um processo de liberalização econômica instituído politicamente, privilegiando entidades corporativas e sua centralidade no sistema alimentar (McMICHAEL, 2009). Em suma, para o autor, o regime alimentar corporativo, herda inúmeras características do regime anterior, organizando-se em torno de uma divisão politicamente construída “do trabalho agrícola entre grãos básicos do norte negociados por produtos de alto valor do sul global, tal como carnes, frutas e legumes” (Ibid, p.142).

Ou seja, desde 1870 sucessivos regimes alimentares, intervalando hegemonia britânica e norte americana, vêm definindo os padrões de produção e consumo de alimentos para todo o mundo, ou, ao menos, padrões dominantes. Assim, “o conceito de regime alimentar oferece uma lente histórica comparativa única sobre as relações políticas e ecológicas do capitalismo moderno em sentido amplo” no âmbito da produção e consumo alimentar. (MCMICHAEL, 2009 p.142).

Neste contexto, o sistema alimentar globalizado expressa, através dos regimes alimentares, diferentes formas de subordinação, dominação e controle sobre a autonomia dos diferentes sujeitos (produtores e consumidores), visto que a alimentação constitui um “fenômeno político único” (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011 p. 104). Para Ploeg (2008) os impérios alimentares manifestam a globalização do sistema alimentar, ditando as regras de produção e consumo alimentar, e, sobretudo, apropriando-se de espaços locais, sustentando mecanismos de controle e exploração da agricultura familiar e do modo de produção camponês.

O quadro 1 apresenta uma compilação das principais características dos três regimes alimentares, elaborado por Schneider, Schubert e Escher (2016 p.36), a partir de Friedmann e

McMichael (1989) e autores “que se filiam diretamente ou dialogam criticamente com esta abordagem”.

**Quadro 1 – Resumo dos três regimes alimentares**

	<b>Primeiro regime Alimentar</b>	<b>Segundo regime Alimentar</b>	<b>Emergente, Terceiro regime alimentar</b>
Começo aproximado	1870-1930	1950-1970	2000-dias atuais
Nome/definição	Colonial-Diaspórico	Mercantil-Industrial	Corporativo-Ambiental
País centro de poder	Grã-Bretanha	Estados Unidos	Eixo China/EUA
Principal dirigente ou tomador de decisões	Estados (principalmente os colonizadores) nacionais e fazendeiros	Companhias processadoras	Corporações transnacionais do setor varejistas, supermercados
Modo de regulação e Governança	Impérios coloniais	Estados Nacionais via Keynesianismo gerenciado	Desregulação neoliberal
Ideologias dominantes	Liberalismo-Colonialismo	Desenvolvimentismo-Anticomunismo	Neoliberalismo-Globalização
Sistema Monetário Internacional	Padrão Ouro-Libra	Ouro-Dólar (Bretton Woods)	Dólar-Flexível (Pós-B. Woods)
Paradigma Agro Tecnológico	Tradicional	Mecânica e Química	Bio-e-nano-tecnologias, TIC's
Características dos alimentos	Gêneros alimentícios básicos para preparação caseira	Gêneros alimentícios básicos e processados para preparação caseira e refeições fora de casa	Gêneros alimentícios básicos, processados e manufaturados para preparação caseira, conveniência e refeições flexibilizadas
Identificador	Produtos sem marca e sem diferenciação	Produtos de marca	Produtos de marca, marcas dos próprios supermercados e marcas genéricas
Movimentos Contestação	Agricultores e Consumidores	Agricultores	Consumidores

Fonte: Schneider, Schubert e Escher (2016 p.36).

Cabe ressaltar que, embora seja amplamente utilizada nos estudos da sociologia agrícola e alimentar, a abordagem dos regimes alimentares é alvo de críticas quanto ao seu viés estrutural, universalista e homogeneizador (NIERDELE, 2017). Segundo o autor, esta perspectiva cria uma narrativa que superestima o agronegócio, invisibilizando a heterogeneidade das práticas alimentares, ao passo que, reduz ou simplifica relações extremamente complexas de produção e consumo que vão além do dualismo centro/periferia ou global/local, por exemplo. Compreende-se, entretanto, que como denota Niederle (2017 p.1), a abordagem dos regimes alimentares traz à tona questões basilares para a compreensão de “fenômenos sociais significativos”, relacionados à “transnacionalização, revolução supermercadista, financeirização, grilagem, flexibilização e corrida dos biocombustíveis”, isto é, pontos cruciais para a compreensão sobre a vulnerabilização da SAN no Brasil e no mundo.

## REGIMES ALIMENTARES, SINDEMIA GLOBAL E O DELINEAMENTO DA ISAN

O debate até aqui apresentado, se torna ainda mais atual diante do cenário de múltiplas crises agravadas, especialmente, pela pandemia de Covid-19. Na esteira desse debate, os sistemas agroalimentares, especialmente aqueles aos moldes convencionais, têm sido questionados no que diz respeito ao impacto socioambiental, econômica e sanitário de sua lógica de operacionalização. Já reforçava Altieri (2010), a esse respeito, que

A crescente pressão em favor da agricultura industrial e da globalização, com ênfase nos cultivos de exportação, mais recentemente os cultivos transgênicos, e a rápida expansão dos agrocombustíveis (cana-de-açúcar, milho, soja, palma, eucalipto etc.), cada vez mais transformam a agricultura do mundo e o fornecimento de alimentos com impactos e riscos econômicos, sociais e ecológicos potencialmente severos.

A Sindemia global é uma demonstração inequívoca das consequências do modo de produção agroalimentar hegemônico sobre a saúde de população e o meio ambiente. De acordo com a comissão The Lancet (2019 p.10), “o conceito original de Sindemia foi amplamente aplicado a doenças no nível individual - duas ou mais doenças agrupando-se no tempo e no lugar, interagindo entre si e tendo determinantes sociais comuns”, entretanto, atualmente este conceito foi estendido para descrever problemas de saúde que afetam sinergicamente saúde da população no contexto da economia e desigualdades, como as epidemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas.

Bezerra e Paula (2021 p.29) inferem que

[...] os processos sindêmicos – pelas pandemias associadas em si de desnutrição, sobrepeso/obesidade, mudanças climáticas e, mais recentemente a sanitária causada pela Covid-19 – pelos quais estamos vivendo, sofrendo e sentindo, de fato, desvela uma fissura social crônica, onde as desigualdades de acesso e de oportunidade (ou a falta de tudo mesmo) aparecem com mais força e intensidade quando fazemos os recortes de classe, gênero e raça.

A globalização é, como infere Santos (2000 p.12), “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. E, para o autor, inúmeros paradoxos, incongruências e distorções intencionalmente dispostas enredam a percepção do mundo em que vivemos. Desta forma, a partir da retórica de “alimentar o mundo” os regimes alimentares ascenderam como modelo dominante de produção e consumo.

Para Sen (1999), a dificuldade de acesso aos alimentos não decorre da simples falta de alimentos, haja visto que as maiores fomes coletivas da história ocorreram em épocas de produção abundante. Para o autor, os fatores que conduzem à privação alimentar, estão ancorados em



questões sociais, econômicas e de mercado, extremamente complexas e que, como denota Sen (1999), demandam regulação do Estado.

Neste contexto, compreende-se que os regimes alimentares constituíram e continuam constituindo elementos basilares para o delineamento da ISAN, no mundo, mas, especialmente, em países periféricos do sistema-mundo moderno, como é o caso do Brasil. Seja em nível individual ou populacional, a interação simultânea entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, que configuram a Sindemia Global, por exemplo, evidencia a fragilização da SAN global. Isto é, insegurança alimentar – ISAN se expressa com faces distintas e atinge o mundo todo, embora impacte de forma mais severa os países mais pobres (THE LANCET, 2019).

A desnutrição é uma das faces da ISAN mundial. De acordo com o relatório The Lancet (2019), mais de 200 milhões de crianças foram consideradas desnutridas em 2017 a partir dos indicadores de altura para idade e/ou peso para altura, associados à desnutrição crônica e aguda, respectivamente. Ademais, cerca de dois bilhões das pessoas do planeta apresentam deficiência de micronutrientes (THE LANCET, 2019), condição que Josué de Castro (1946) denominou como “fome oculta”. De acordo com a FAO (2020), a fome e a desnutrição vêm se apresentando enquanto problema mundial crescente desde 2014, entretanto, em 2020 o mundo testemunhou um retrocesso sem precedentes em seus esforços de erradicação da fome e da redução nos índices de desnutrição, sobretudo entre as crianças. Em análise sobre o consumo de proteínas de origem animal durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, Ceretta e Matte (2021) constatam que muitas famílias modificaram a fonte de proteína adquirida, aumentando a aquisição de ovos em substituição da carnes.

Paradoxalmente, o excesso de peso corporal afeta mais de 2 bilhões de pessoas no mundo todo e é responsável por, aproximadamente, 4 milhões de mortes anualmente, representando custos econômicos no tocante a 2,8% do produto interno bruto (PIB) mundial (THE LANCET, 2019). No Brasil, segundo os dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – VIGITEL, cerca de 55% dos brasileiros entrevistados encontram-se com excesso de peso ou algum grau de obesidade (BRASIL, 2020), refletindo uma situação recorrente em todo o mundo, considerando que, de acordo com a FAO (2020) obesidade vem aumentando progressivamente em todas as faixas etárias.

Desse modo, a coexistência entre a desnutrição e a obesidade aponta para as consequências da transição alimentar e nutricional vivenciada nas últimas décadas, inferindo a complexidade que atravessa as medidas essenciais para a construção da SAN.



Há que se considerar, ainda, que em algumas situações, a privação alimentar involuntária e sobrepeso/obesidade não são fatores dissociados. Segundo Kepple e Sêgall-Correa (2011), o sobrepeso e a obesidade não se configuram em todos os casos como condições opostas à situação de fome, privação alimentar ou ISAN, pelo contrário, em países de baixa renda, podem se apresentar como consequência. Para as autoras, questões como o aumento no consumo de alimentos de baixo custo com alta densidade energética, transtornos alimentares decorrentes da ansiedade e incerteza associadas à falta de alimentos ou, ainda, adaptações metabólicas a períodos de jejum constantes são apenas alguns exemplos das possíveis explicações para a associação positiva entre sobrepeso/obesidade e a privação alimentar involuntária.

Para Jane Dixon (2009), a transição alimentar e nutricional vincula-se diretamente aos regimes alimentares. A globalização e o deslocamento das cadeias produtivas de alimentos do campo para os centros urbanos decorrentes da industrialização agrícola aumentaram a desigualdade social ao mesmo tempo em que o avanço da nutrição levou ao conhecimento sobre os benefícios de determinados alimentos e seu valor nutricional, tornando os alimentos considerados “saudáveis” mais caros. Como consequência, emergiram as dietas de classes, ou seja, alimentos saudáveis e nutritivos destinados aos consumidores com maior renda e alimentos altamente processados e calóricos para populações mais pobres, configurando uma situação em que a desnutrição e a obesidade estão associadas entre si.

O cenário mundial para a SAN torna-se mais consternador ao identificarmos o impacto da alimentação sobre as mudanças climáticas, uma vez que os sistemas alimentares, atualmente, expressam características como a excessiva dependência do petróleo, intensificação de desperdícios e a profunda e contínua degradação ambiental (MASON; LANG, 2017).

De acordo com o relatório The Lancet (2019), a produção de alimentos é um dos maiores contribuintes para as mudanças climáticas, visto que as emissões de gases de efeito estufa da agricultura comparam-se aos níveis identificados nos transportes, atingindo cerca de 20% do total das emissões, ou até mais que isso, quando considerado o desperdício de alimentos verificado ao longo da cadeia produtiva. Da mesma forma a globalização dos sistemas alimentares utiliza intensamente combustíveis fósseis para a produção agrícola intensiva em larga escala e para transporte de longa distância (Ibid).

“Os países de média e baixa renda que produzem menos emissões de gás de efeito estufa são mais afetados pelas mudanças climáticas do que os países que produzem as maiores emissões de gás de efeito estufa” (THE LANCET, 2019). Para Maluf e Reis (2013) as preocupações



relacionadas à SAN não atingem apenas um grupo da população, e sim a todo o conjunto desta, devendo constituir, portanto, um objetivo público, estratégico e permanente da sociedade como um todo.

## RESISTÊNCIAS E CONTRAMOVIMENTOS

A discussão sobre soberania alimentar, conceito já abordado anteriormente, emergiu como resposta às políticas agrícolas neoliberais, diretamente relacionadas aos regimes alimentares, liderada por movimentos sociais, sobretudo camponeses (LEÃO, 2013). Para a autora, “no entendimento desses movimentos, o conceito de Segurança Alimentar utilizado pela FAO e as políticas propostas limitam-se à garantia do alimento, sem se importar onde e como ocorre a produção”, favorecendo o agronegócio e as monoculturas em detrimento da agricultura familiar e camponesa (Ibid, p.19).

Santos (2000 p.59) afirma que a variedade, a criatividade, a espontaneidade não encontram um terreno fértil na esfera da racionalidade hegemônica, entretanto, “surgem, nas outras esferas, contra racionalidades e racionalidades paralelas corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidade”.

Neste sentido, defende-se no presente texto a relevância da racionalidade predominante na agricultura familiar para a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis. Ploeg (2014 p.11) afirma que “a agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas”, o que é essencial para a consolidação da SAN. Acredita-se, ainda, no seu potencial para elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais, gerar emprego e, ainda, favorecer a manutenção da biodiversidade (PLOEG, 2014).

Não se pode ignorar, ainda, o crescente protagonismo feminino associado à agricultura familiar (DEMETRIO; TERNOSKI; GAZOLLA, 2021). Segundo os autores, “as mulheres deste grupo se reconhecem como agentes econômicas produtivas quando se identificam como agricultoras”, o que lhes confere certo grau de empoderamento (Ibid, p.30).

Da mesma forma, a FAO (2019) denota a centralidade da agricultura familiar na produção de alimentos tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, produzindo, em termos quantitativos 80% dos alimentos consumidos mundialmente. Seu modo singular de produção, sua multidimensionalidade e os conhecimentos ali presentes representam, de acordo



com a FAO (2019) a possibilidade do desenvolvimento de estratégias para a superação das diferentes crises associadas ao modelo agroalimentar hegemônico.

Goodman (2003) infere que há uma tendência mundial na valorização, sobretudo dos estudos científicos, acerca das redes alimentares alternativas. Um crescente número de autores busca compreender o impacto dessas redes sobre a SAN e como elas se desenvolvem, resistindo e, até mesmo, confrontando as grandes corporações.

Nesta perspectiva, a abordagem das redes alimentares alternativas, como denotam Schneider, Cruz e Matte (2016 p.14), pode constituir uma outra forma de racionalidade, cujo foco vai além de questões econômicas, contemplando a “valorização de alimentos produzidos localmente, em pequena escala, associados a relações de confiança, de produção ecológica e de justiça social, por exemplo”.

As soluções e alternativas envolvem desde a disseminação de práticas agrícolas de base ecológica mais sustentáveis, desenvolvimento de formas mais eficazes e baratas de acesso aos alimentos locais, ampliação e melhoria dos canais de comercialização até a proposição de revalidação de um papel mais proativo e atuante dos consumidores (Ibid, p.13).

Destarte, a propagação de novos mercados voltados para a construção de práticas alimentares diferenciadas tem sido amplamente percebida, sobretudo nas duas últimas décadas (MUNÕZ; NIERDELE, 2018). Circuitos curtos, feiras livres, grupos de consumo, associações e cooperativas descentralizadas, agricultura urbana e periurbana, experiências de consumo local e de valorização de alimentos tradicionais, evidenciam “novos significados para os alimentos e, mais amplamente, para o meio rural, os quais estão associados às demandas societárias por equidade, justiça, participação social e sustentabilidade” (Ibid, p.3).

Assim, afloram iniciativas nas diferentes regiões do país. Munõz e Nierdele (2018) apresentam algumas estratégias mobilizadas pelas organizações dos assentados da reforma agrária para a construção social de mercados alimentares no município de Porto Alegre. Segundo os autores, a comercialização direta por meio das feiras foi o primeiro canal de comercialização nos assentamentos incluídos no estudo, iniciando em 1990, mas logo se demonstrou insuficiente para o escoamento da produção. Desta forma, inúmeras outras estratégias foram desenvolvidas. A Loja da Reforma Agrária, caracterizada como um ponto de venda de alimentos orgânicos, sem agrotóxicos e livres de transgênicos, oriundos dos assentamentos, no Mercado Público foi uma destas estratégias.

Outro canal inovador de comercialização identificado pelos autores, refere-se ao comércio virtual de alimentos através da entrega de cestas de alimentos cuja venda é intermediada por técnicos e ex-técnicos vinculados ao MST. Os autores citam, ainda, a participação em feiras esporádicas e iniciativas que partem dos consumidores. As últimas sustentadas pelo protagonismo de grupos de consumidores em busca de alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável, à exemplo de um grupo denominado Grupo de Integração Agroecológica – GIA, criado em 2012, que realiza entregas de cestas de alimentos na sede do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (MUNÓZ; NIERDELE, 2018).

Cruz et al. (2022) discorrem sobre o exemplo das feiras livres do Vale do Jequitinhonha, onde a qualidade dos produtos é diretamente negociada entre consumidor e produtor, as variações da oferta dos alimentos são reguladas pela natureza (sazonalidade associada às estações do ano) e o produtor consome os alimentos que produz. Nestas feiras, segundo os autores, o principal controle de qualidade dos alimentos é o “gosto”, ou seja, “os ingredientes da pauta alimentar, própria do território e bastante peculiar, são elaborados a partir do conhecimento que agricultores têm sobre produção, coleta e costume alimentar” (Ibid, p.10).

Coletti e Perondi (2015) expõem, ainda, duas estratégias de comercialização local de leite e derivados na região Sudoeste do Paraná, identificando, em ambos os casos, a preocupação dos produtores com a qualidade do produto oferecido no sentido de manter a confiança dos consumidores. Contudo, a rigorosa (e não necessariamente eficiente) fiscalização sanitária existente no Brasil conforma um obstáculo para a comercialização dos produtos, à despeito da real qualidade que estes apresentam, dificultando a formalização da atividade do produtor, que muitas vezes trabalha de forma clandestina.

Para Coletti e Perondi (2015 p.258), os circuitos curtos de comercialização têm se destacado no que tange à reconexão entre campo e cidade, resultando “em maior rentabilidade no campo, pela diversificação, agregação de valor, e o consumidor compra um produto de melhor qualidade, íntegro e de origem conhecida”, entretanto, a legislação mostra-se pouco eficiente e excludente em inúmeras situações.

No contexto da pandemia da Covid-19, a centralidade da agricultura familiar para o abastecimento interno tornou-se ainda mais evidente. Assim, destacaram-se como medidas de SAN associadas à agricultura familiar: a distribuição de alimentos aos alunos da rede pública pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o abastecimento dos equipamentos públicos



de alimentação e nutrição através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou seus similares na esfera municipal e estadual, e o abastecimento dos circuitos longos e curtos de comercialização de alimentos. Neste sentido, Coca, Santos e Salvaterra (2020) apontaram para a ineficiência da agricultura industrial em prover alimentos com compatível qualidade e diversificação (nos moldes da SSAN) para a grande massa da população.

Não é possível, portanto, dissociar as redes alimentares alternativas do modo de produção camponês, da agricultura familiar e das populações tradicionais, que se mantiveram frente aos impérios alimentares, resistindo através da heterogeneidade de práticas (PLOEG, 2008).

Deste modo, cumpre destacar a relevância do fortalecimento da agricultura familiar e, conseqüentemente das redes alimentares alternativas. Tal fortalecimento passa, inegavelmente, por um conjunto de ações articuladas entre sociedade civil, instituições de ensino e políticas públicas. Maluf e Burlandy (2022 p.29) identificam a demanda por avanços na “construção de caminhos possíveis para a transformação das práticas de produção, comercialização e consumo de alimentos na direção da consolidação de sistemas alimentares sustentáveis, equitativos e saudáveis”, com apoio de políticas públicas assertivas e pautadas pelas especificidades locais/regionais, bem como do conjunto de atores anteriormente mencionados.

Neste sentido, a abordagem de diversificação dos meios de vida demonstra-se essencial no desdobramento de estudos acerca do mundo rural, uma vez que, como denotam Perondi e Schneider (2012), a capacidade de diversificação econômica e empreendedora presente na agricultura familiar possui amplo potencial de contribuição na compreensão do desenvolvimento rural e regional como um todo, denotando sua relevância na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e saudáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou identificar como os regimes alimentares, especialmente o regime alimentar corporativo, estabeleceram (e continuam estabelecendo) barreiras para a construção da SAN, sobretudo em países periféricos do sistema-mundo. Buscamos também demonstrar diferentes iniciativas de resistência e contramovimentos que se consolidam em todo o país, reafirmando a galhardia que sustenta o modo de produção camponês.

Inicialmente, compreende-se que houve no Brasil uma intensa mobilização na definição de um marco conceitual de SAN para que este conceito abarcasse ambas as dimensões, alimentar e nutricional, de modo a denotar a complexidade que lhe é inerente. Da mesma forma, a luta



camponesa para a vinculação do termo soberania alimentar ao significado da SAN manifesta a luta pela autonomia e valorização das diferentes culturas alimentares.

A medida em que o capital passou a orientar a produção e o consumo de alimentos, através dos regimes alimentares, para a exportação, privilegiando as demandas do mercado internacional e desamparando o consumo interno, a SAN tornou-se cada vez mais vulnerabilizada, tanto para os pequenos produtores quanto para os consumidores.

Embora a modernização da agricultura, a desconexão entre a produção e o consumo, o fortalecimento dos impérios alimentares sejam algumas das consequências dos diferentes regimes alimentares, o modo de produção camponês não foi subjugado ou eliminado. Pelo contrário, ele foi reorientado, reestruturado e vem se destacando frente às sucessivas crises decorrentes dos desequilíbrios engendrados pelo modelo capitalista de produção.

A heterogeneidade de práticas de produção e consumo abordadas neste trabalho como formas de resistência e contramovimentos denotam alternativas criativas e viáveis ao problemático modelo hegemônico. Destacam-se, entretanto, demandas políticas, técnicas e associadas à pesquisa científica para sua ampliação. Finalmente, buscar uma lógica diferente daquela estabelecida pelo capital na produção e consumo de alimentos torna-se cada vez mais necessário, não apenas como prerrogativa para aumentar a qualidade de vida das populações, mas como única forma de sobrevivência frente a crise socioambiental e sanitária consequentes desta racionalidade.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Islândia; PAULA, Natália F. Sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis: diálogos e convergências possíveis. **Revista Faz Ciência**, [S. l.], v. 23, n. 37, p. 12–33, 2021. DOI: 10.48075/rfc.v23i37.27021.

BRASIL. **Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm) Acesso em: 30 dez. 2021.

CERETTA, Gabriel S.; MATTE, Alessandra. Mudanças alimentares no consumo de proteína animal durante a pandemia de Covid-19 na Região Sul Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 59., Brasília, **Anais...**, Brasília: SOBER, 2021.



COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos; SALVATERRA, José Roberto. Alguns apontamentos para pensar a agricultura e a alimentação no contexto pós-covid-19. **Revista NEADS**, v. 1, n. 1, 2020.

COLETTI, Vinícius D.; PERONDI, Miguel A. Produção de leite e resistência da agricultura familiar: comparando duas estratégias de comercialização local na Região Sudoeste do Paraná – Brasil. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 20, nº 2, p. 236 - 260, maio/ago. 2015.

CRUZ, M. S.; RIBEIRO, E. M.; PERONDI, M. A.; ARAUJO, A. M.; MALTEZ, M. A. P. F. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(spe), 2022. e245926. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245926> Acesso em 24 jan.2022.

DEMETRIO, Milena ; TERNOSKI, Simão ; GAZOLLA, Marcio . Percepções sobre o empoderamento socioeconômico e psicossocial de agricultoras participantes de cadeias curtas alimentares. **Revista Grifos**, v. 30, p. 30-52, 2021.

DIXON, Jane. From the imperial to the empty calorie: how nutrition relations underpin food regime transitions. **Agriculture and Human Values**, 26(4), 321–333, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10460-009-9217-6> Acesso em 26 jan. 2022.

FRIEDMANN, Harriet. **Family farms and international food regimes**. In Shanin, T. (ed): *Peasants and peasant societies*. Oxford: Blackwell, 247-58.1987.

FRIEDMANN, Harriet. Feeding the empire: the pathologies of globalized agriculture. **Socialist Register**, p. 124 – 143, 2005.

FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the presente. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117. Agosto. 1989.

GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p.1-7, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00043-8](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00043-8)

KEPLLE, Anne W.; SEGALL-CORRÊA, Ana M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(1):187-199, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2011.v16n1/187-199/pt> Acesso em: 12 jan. 2022.

LEÃO, Marília. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional** /organizadora, Marília Leão. Brasília: ABRANDH, 2013.

MALUF, Renato S.; REIS, Márcio C. dos. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, Cecília (org.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MALUF, Renato Sergio; BURLANDY, Luciene. **Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada**



e saudável. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. 35 p. (Série Saúde Amanhã). Textos para Discussão 81.

MATTE, A.; SILVA, J. G.; CERETTA, G. S. Canales de comercialización para adquisición de alimentos durante la pandemia de COVID-19 en Brasil. **Polis** (Santiago), v. 21, p. 1, 2022. Doi: <http://dx.doi.org/10.32735/s0718-6568/2022-n63-1770>

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150902820354> Acesso em 12 dez. 2021.

MUNÕZ, Estevan; NIEDERLE, Paulo A. Críticas cívicas ao regime alimentar corporativo: mercados para alimentos agroecológicos da reforma agrária em Porto Alegre – RS. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 33, e, 33779, 2018 | doi: 10.12957/geouerj.2018.33779

NIEDERLE, Paulo A. A pluralist and pragmatist critique of food regime's genealogy: varieties of social orders in Brazilian agriculture, *The Journal of Peasant Studies*, 2017. DOI: 10.1080/03066150.2017.1313238.

PERONDI, Miguel. A.; SCHNEIDER, Sergio. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Revista Redes**, Vol. 17, n. 2, 2012.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. 372 p. (Estudos Rurais).

PLOEG, J. D. Van der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista agriculturas**, n. 1. Fev 2014.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2011, v. 16, n. 1, pp. 99-106. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100014> Acesso em 20 jan. 2022.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHUBERT, Maycon; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**. Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, jan./jun, 2016.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T.; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F.T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Série Estudos Rurais), 2016. p. 9-22.

